

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

Atena
Editora
Ano 2022

3

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

Atena
Editora
Ano 2022

3

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-972-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.728220802>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**A Educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS NA EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: A EXPERIÊNCIA DO NEAB /UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Aline Benvinda Figueredo
Eugenia Portela de Siqueira Marques
Julia Duarte de Souza
Luis Carlos dos Santos Nunes
Aparecida Queiroz Zacarias Silva
Eduardo Henrique Oliveira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208021>

CAPÍTULO 2..... 16

FORMACIÓN DOCENTE BASADA EN COMPETENCIAS: CONCEPCIONES Y PRÁCTICA DOCENTE EN DOCENTES UNVERSITARIOS DE UNA UPE EN MEXICO. ESTUDIO EN CASO

Norma Acevez Alcántara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208022>

CAPÍTULO 3..... 44

FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO DOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

Rosiomar Santos Pessoa
Jacira Medeiros de Camelo
Maria José Quaresma Portela Corrêa
Sílvia de Fátima Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208023>

CAPÍTULO 4..... 54

HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Rui Guilherme Mangas de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208024>

CAPÍTULO 5..... 64

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: APORTES DA AUTONOMIA E INSERÇÃO SOCIAL DO SUJEITO

Priscila Vieira Ferraz de Melo
Rosivânia Ribeiro dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208025>

CAPÍTULO 6..... 72

A INFRAESTRUTURA ESCOLAR COMO DIMENSÃO INDISPENSÁVEL PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Nathália Donegá Dos Anjos
Claudia Pereira de Pádua Sabia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208026>

CAPÍTULO 7..... 85

PROPOSTA DE AUTONOMIA E INCLUSÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PELA RESPONSABILIDADE SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVAS

Amanda Souza Julião

Maryana Fonseca Teixeira

Mikael Ferreira dos Santos

Jackeline Lucas Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208027>

CAPÍTULO 8..... 94

PROJETO “MÃOS À HORTA” - EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO DE HORTAS ESCOLARES PELOS ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS ALEGRETE, RS

Narielen Moreira de Moraes

Diogo Maus

Roscielen Moreira de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208028>

CAPÍTULO 9..... 99

APLICAÇÃO DE SENSORES DE CAMPO MAGNÉTICO PARA LABORATÒRIO DIDÁTICO DE FÍSICA USANDO PLATAFORMA ARDUÍNO

André Felipe da Silva Paz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208029>

CAPÍTULO 10..... 111

ADOTE UMA ESCOLA – RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMAZÔNIA RONDONIENSE

Francisco Marquelino Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080210>

CAPÍTULO 11..... 119

OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL PARA ESTUDANTES SURDOS

Daniela de Fátima Barbosa Gonzales

Rosecleide Orozimbo Harada

Renan Rodrigues de Souza

Maria Candida Soares Del-Masso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080211>

CAPÍTULO 12..... 127

JOGO DIDÁTICO DE CARTAS COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOVER APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM TABELA PERIÓDICA

Lígia Maria Mendonça Vieira

Fabiano da Rocha Lisboa

Abiney Lemos Cardoso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080212>

CAPÍTULO 13..... 141

TRANSTORNO DA LINGUAGEM ESCRITA: DISLEXIA COMO IMPEDIMENTO DE UMA APRENDIZAGEM FLUENTE NA LEITURA E ESCRITA

Francisca Morais da Silveira

Fabiana Barros Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080213>

CAPÍTULO 14..... 155

EDUCAÇÃO DE LÍDERES: DIVERSIDADE E MODOS DE EXISTÊNCIA NOS AMBIENTES CORPORATIVOS

Elaine Regina Terceiro dos Santos

Maria Regina Momesso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080214>

CAPÍTULO 15..... 169

A VIVÊNCIA DO MÉTODO CLÍNICO-CRÍTICO PIAGETIANO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE POSSÍVEIS POR MEIO DO JOGO DE REGRAS SENHA

Leandro Augusto dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080215>

CAPÍTULO 16..... 177

OU SO DA WEBQUEST NO ENSINO SUPERIOR: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR

Marineuza Matos dos Anjos

Liege Maria Queiróz Sitja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080216>

CAPÍTULO 17..... 189

DO ALFABETIZAR AO ALFABETIZAR LETRANDO: UM SALTO QUALITATIVO

Claudia Pereira Gomes

Cristina Sales Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080217>

CAPÍTULO 18..... 207

A TRIBUTAÇÃO UNIFICADA SOBRE A RENDA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Diego Bisi Almada

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080218>

CAPÍTULO 19..... 218

ACERCA DE “EL LIBRO NEGRO DE LOS COLORES” (2008) DE MENENA COTTIN Y ROSANA FARÍA

Alfredo Fredericksen Neira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080219>

CAPÍTULO 20.....	234
PROFESSOR, MONITOR E ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: INTERAÇÕES NECESSÁRIAS	
Mônica Menin Martins	
Maria Lúcia Suzigan Dragone	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080220	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	242
ÍNDICE REMISSIVO.....	243

A INFRAESTRUTURA ESCOLAR COMO DIMENSÃO INDISPENSÁVEL PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 08/11/2021

Nathália Donegá Dos Anjos

Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Graduanda do Curso de Pedagogia da
Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Marília – São Paulo – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0162902383519485>

Claudia Pereira de Pádua Sabia

Universidade Estadual Paulista (UNESP).
Professora da Faculdade de Filosofia e
Ciências (UNESP). Pós-Doutorado em
Educação (UNICAMP)
Marília – São Paulo – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6537653618652935>

RESUMO: As avaliações de larga escala e seus indicadores vêm responsabilizando unilateralmente a escola e seus profissionais por resultados atingidos pelos estudantes, desconsiderando que as condições de infraestrutura escolares e equipamentos são necessárias para o desenvolvimento do trabalho escolar. A partir desta perspectiva buscamos identificar a infraestrutura das escolas, ou seja, como estas estão operando. Por meio de procedimentos metodológicos que envolvem as pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa documental consiste no levantamento de dados obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Como resultados, identificamos que as

20 escolas estudadas podem ser enquadradas como infraestrutura básica, na escala proposta por Soares et al. (2013), pois possuem infraestruturas mínimas, mais equipamentos e espaço de aprendizagens. Porém verifica-se que nenhuma das escolas possui bibliotecas, mas apenas salas de leitura. Para o autor citado, em muitas escolas a sala de leitura é um substituto da biblioteca e apesar de ser confundida, não pode ser substituída, pois a biblioteca é o desejável. Consideramos a necessidade da discussão dos resultados avaliativos na perspectiva de uma responsabilização compartilhada, ou seja, participativa, em que o poder público se reconheça no processo de melhoria da qualidade, assumindo a parte que lhe cabe.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Educacional. Infraestrutura Escolar. Responsabilização Educacional. Ensino Fundamental.

SCHOOL INFRASTRUCTURE AS AN INDISPENSABLE DIMENSION FOR THE ASSESSMENT OF EDUCATIONAL QUALITY

ABSTRACT: Large-scale evaluations and their indicators have unilaterally held the school and its professionals responsible for the results achieved by students, disregarding that the conditions of school infrastructure and equipment are necessary for the development of school work. From this perspective, we seek to identify the infrastructure of schools, that is, how they are operating. Through methodological procedures that involved bibliographic and documentary research. The documentary research consisted of a survey of data obtained from the website of

the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). As a result, we identified that the 20 schools studied can be classified as basic infrastructure, on the scale proposed by Soares et al. (2013), as they have minimal infrastructure, more equipment and learning space. However, it was found that none of the schools have libraries, but only reading rooms. For the cited author, in many schools the reading room is a substitute for the library, and despite being confused, it cannot be replaced, as the library is what is desirable. We consider the need to discuss the evaluation results from the perspective of shared accountability, that is, participatory, in which the government recognizes itself in the quality improvement process, assuming its part.

KEYWORDS: Educational Evaluation. School Infrastructure. Educational Accountability. Elementary Education.

1 | INTRODUÇÃO

As avaliações nacionais possuem critérios quantitativos que desconsideram os fatores social e econômico, bem como as condições objetivas de trabalho na escola pública. Consideramos a educação complexa para ser avaliada somente por testes de larga escala. Nossa crítica não é sobre a forma de avaliação dos sistemas, mas por responsabilizar a escola e seus profissionais pelo baixo desempenho dos alunos sem considerar outros aspectos indispensáveis. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2018)

A responsabilização das escolas e de seus profissionais pelos resultados dos testes padronizados, é discutida na literatura por políticas de responsabilização ou *accountability*. Para Bauer (2013), *responsabilização* e *accountability* são utilizados como sinônimos, embora estejamos conscientes de que o embate sobre o significado preciso do termo e a pertinência de sua tradução permanecem. A *accountability* é uma política de responsabilização com atribuição de conseqüências para os agentes escolares. Podemos citar como exemplos as políticas de responsabilização educacional: a bonificação docente - em função de atingir metas; a premiação de alunos ou escolas - com destacado desempenho positivo nas avaliações em larga escala; e a aplicação de sanções e intervenções em escolas - que não tenham atingido as metas determinadas.

Após estas considerações sobre a responsabilização da escola e seus profissionais, ressaltamos que eles não podem ser os únicos responsabilizados pelos resultados dos testes padronizados e seus indicadores e o estado não oferece as condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho na escola. Ainda que exista a universalização do Ensino Fundamental, há indícios de falhas no sistema educacional que indicam a necessidade de se conhecer melhor as condições que as escolas estão operando. (SÁTYRO; SOARES, 2007)

Este estudo tem como objetivo identificar e analisar as condições de infraestrutura das escolas públicas dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Marília. Apoiados em Soares et al. (2013) que traz uma contribuição para esta área de estudo ao oferecer uma escala para aferir a infraestrutura escolar e se constituir em referência

nacional para o tema.

Os procedimentos utilizados na investigação foram as pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa documental consistiu nos dados obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi realizada a consulta pública por escola e identificado os dados sobre a infraestrutura escolar, indicador de complexidade de gestão e o indicador do nível socioeconômico. A análise interpretativa apoiar-se-á nos estudos teóricos e nos dados obtidos acerca da infraestrutura escolar. Esta análise foi desenvolvida em uma abordagem que apresenta, entre outras, as características da historicidade e da contextualização, as quais indicam que os conhecimentos são históricos e determinados, ocorrem no conjunto de relações sociais e necessitam ser colocados e analisados no tempo e no espaço em que são construídos.

21 A DIFICULDADE PARA SE AVANÇAR NA DEFINIÇÃO DO PADRÃO DE QUALIDADE

A Carta Constitucional de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1988; 1996) recomendam que haja equidade e uma garantia de padrão de qualidade para o acesso e a permanência na escola, apontando a necessidade de programas, projetos e ações que assegurem o ingresso e a permanências desses alunos na escola e o uso de ambientes escolares com infraestruturas mínimas para seu funcionamento.

Para Lockheed; Verpoor (1995, apud TORRES, 1996), a qualidade da educação deve ser olhada a partir do aprendizado e para melhorar a educação do primeiro grau, implica em garantir que as crianças completem o ciclo e conseguiram compreender o conteúdo proposto.

No Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001- estabeleceu metas para a formação e qualificação de docentes e demais profissionais das escolas, além de definir 24 percentuais mínimos de recursos financeiros para serem destinados a níveis e modalidades de ensino, este plano prevê metas para elaboração de padrões mínimos de infraestrutura físicos escolares (BRASIL, 2001). Assim para o Ensino fundamental esta normativa estabelece:

[...]4. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos nacionais de infraestrutura para o ensino fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais, incluindo:**

- a) espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
- b) instalações sanitárias e para higiene;
- c) espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;
- d) adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;

- e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;
 - f) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
 - g) telefone e serviço de reprodução de textos;
 - h) informática e equipamento multimídia para o ensino
- (BRASIL, 2001)

Sabia (2018) cita vários problemas que contribuíram para a não implantação do PNE, dentre eles destaca a falta de financiamento, no qual o plano teve artigos sobre o financiamento vetados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Após mais de 20 anos na tentativa de definir requisitos mínimos de infraestrutura, foi retomada a discussão para o estabelecimento dos padrões mínimos de qualidade, surgiram a partir da definição Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) no Parecer CNE/CEB n.8/2010 desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito a Educação. Contudo este parecer não foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC).

Pinto (2015, p. 107) descreve que o CAQi chegou em um valor de custo por aluno, baseando-se em um conjunto de insumos importantes para o processo ensino-aprendizagem como “salários, jornada de trabalho, razão estudantes/professor, prédios e equipamentos, materiais de consumo e serviços”.

A metodologia do CAQi é simples e contou com a participação de especialistas, professores, pais, estudante entre outros agentes da comunidade escolar através de reuniões onde são definidos insumos indispensáveis para que tenha êxito no processo ensino aprendizagem de cada etapa ou modalidade do ensino. É necessário ressaltar que o CAQi não é um voucher que pode ser transferido para escolas privadas ou públicas. (PINTO, 2019)

Oliveira e Araújo (2005) afirma que:

No Brasil, dos vários indicadores de investimento, apenas o gasto-aluno, erroneamente entendido como custo-aluno, foi estabelecido, ainda que não tenhamos chegado a um consenso sobre seu cálculo. Todavia, essa definição não foi antecedida da explicitação de metas a serem atingidas em termos de melhoria de infraestrutura, equipamentos, instalações, salário, de formação inicial e continuada e dos programas de assistência ao estudante. Sendo assim, a definição do gasto-aluno correspondeu a uma lógica que partiu do rateio do montante dos recursos existentes, e não dos insumos necessários e da definição de padrões de qualidade mínimos para o conjunto da população. (OLIVEIRA; ARAUJO, 2005, p. 18)

Dourado; Oliveira (2009) problematiza e analisa o conceito de qualidade de educação, considerando seus significados e como conclusão destaca alguns aspectos fundamentais em prol à construção da qualidade da educação, dentre suas considerações destacamos: “[...] i) a qualidade do ambiente escolar e das instalações também concorre para a definição de condições de oferta de ensino de qualidade.” (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 212)

As escolas brasileiras ainda se encontram precárias em diversas regiões do Brasil, por mais que as disposições constitucionais e legais impõem o provimento dos serviços educacionais com o mínimo de qualidade e igualdade de oportunidades, o que se tem são condições desiguais, especialmente quando se olha para as condições de infraestrutura escolar. Oliveira (2017) observa que os referenciais normativos não classificaram os padrões mínimos de infraestrutura nos estabelecimentos escolares para serem assegurados em todas as escolas brasileiras.

3 I CARACTERÍSTICAS DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR

A amostra escolhida foi o município de Marília, que surgiu por volta do século XIX, com o desbravamento das terras do sudoeste paulista, regiões das cidades de Botucatu e Lençóis Paulistas. O Município de Marília possui uma área de 1.170,52 Km², e abriga uma população de 231.554 habitantes, resultado numa densidade demográfica de 197,82 habitantes/Km². Possuindo uma taxa de urbanização 95,51%. (SEADE, 2020)

O processo de municipalização do ensino no Município de Marília começou em 1998. Militão (2007) descreve os motivos desta municipalização como uma opção política, administrativa e pedagógica. Possuindo um interesse econômico, a administração só assumiu este ciclo de ensino, após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

No caso paulista, no geral, a possibilidade de retenção de recursos pelo FUNDEF induziu tanto os municípios maiores e “ricos” quanto os pequenos e “pobres” a se interessarem pela municipalização do ensino fundamental, sendo que as adesões foram motivadas ora mais para “não perder”, ora mais para “ganhar recursos” (GUIMARÃES, 1998, p. 91, apud MILITÃO, 2007, p. 115).

A rede municipal de Marília possui 20 escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo 18 destas, Escolas Municipais de Ensino fundamental (EMEF) e 2 Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Infantil (EMEFEI). Segundo a Sinopse Estatística do ano de 2019, a Rede Municipal de Educação de Marília atendeu 8.141 crianças (constituindo 1.718 integrais e 6.423 em período parcial), divididos em 339 turmas. Das 20 escolas somente 6 oferecem período integral, nestas 6 escolas, mais de 70% de suas matrículas são integrais. (BRASIL, 2019)

Apartir dos dados obtidos no site do INEP, buscamos identificar o nível socioeconômico das Escolas Municipais do Anos Iniciais de Marília, estes foram classificados de acordo com nota técnica do INEP. O Indicador e Nível Socioeconômico das Escolas (INSE) permite verificar o nível social do público atendido pela escola. É obtido através de uma pesquisa sobre escolaridade dos pais, bens e serviços contratados pela família do estudante. Para isso foi criado seis grupos, onde o “grupo 1” contém escolas com níveis socioeconômicos muito baixo até o “grupo 6 “com níveis socioeconômicos muito alto.

Das 20 escolas pesquisadas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 13 possuem o indicador socioeconômico no grupo 4. Este grupo é representado por alunos que possuem em suas casas, bens Elementares (quartos e banheiros, telefones celulares, televisores), complementares (máquinas de lavar roupas, micro-ondas, computadores e carro) e suplementares (freezer), tendo a renda familiar de 1,5 a 3 salários mínimos e seus responsáveis completaram o ensino médio ou ensino superior. A escola PROF EMEFEI Antônio Garcia Egea não possui o número mínimo de alunos no quinto ano, por isso não está contabilizada no site do SAEB e não teve os seus dados de INSE registrados. “A Prova Brasil é aplicada em escolas públicas urbanas e rurais que tenham no mínimo 20 estudantes matriculados no quinto e no nono anos do Ensino Fundamental.” (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2011)

Albernaz; Ferreira; Franco (2002) descrevem a importância do nível Socioeconômico familiar como um determinante do desempenho dos alunos.

Quanto mais alto o NSE médio da escola, melhor o desempenho médio dos alunos da escola. E mesmo após controlar pelo NSE médio da escola, quanto maior o NSE individual, melhor o rendimento escolar do aluno dentro da escola. Mas este efeito positivo do NSE individual não é igual em todas as escolas. Na verdade, quanto mais “rica” a escola (em termos de seu NSE médio), menor o efeito das condições familiares de cada aluno. Ou seja, a escola com alunos mais “ricos” tende a compensar melhor pelas desvantagens educacionais de seus alunos oriundos de famílias mais “pobres” (ALBERNARZ; FERREIRA; FRANCO, 2002, p. 21).

A literatura educacional a partir da análise do INSE mostra que “os alunos de origem social menos favorecida estudam em escolas onde as condições de infraestrutura são menos adequadas.” (ALVES; XAVIER, 2018, p. 727) Os autores relatam que quanto maior o INSE da escola, “mais elevados são os valores dos indicadores de infraestrutura, com exceção do indicador ambiente para AEE.” (ALVES; XAVIER, 2018, p. 727)

Pinto (2014, p. 14) conclui que o nível sociocultural dos alunos deve ser considerado juntamente com os testes padronizados para que se tenha um potencial explicativo sobre a qualidade da instituição escolar.

Essa constatação indica também que as políticas educacionais não podem existir desvinculadas de políticas de desenvolvimento e de distribuição de renda”, além disso considera que a escolarização dos pais influencia o desempenho dos filhos “seria essencial o fortalecimento das políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no país.

Apresentamos também o indicador que classifica o nível de complexidade de gestão das escolas Rede Municipal de Marília dos Anos Iniciais. Níveis mais elevados do indicador que variam de 1 a 6 indicam maior complexidade. Assume-se que a complexidade de gestão está relacionada as seguintes características: porte da escola; número de turnos de funcionamento; quantidade e complexidade de modalidades e etapas oferecidas. Escolas classificadas no mesmo nível são similares nestas características.

Verificou-se que 50% das escolas se enquadram no nível 2 de complexibilidade da gestão escolar, estas possuem de 50 a 300 matrículas, ofertadas em 2 etapas. Em seguida, o nível 1 responsável por 35% das escolas, onde possui porte inferior a 50 matrículas, e o nível 5 com 10% das escolas com o porte entre 150 e 1000 matrículas, operando em 3 turnos.

Para Alves; Xavier (2018, p. 724): “O indicador de complexidade implicitamente assume que a gestão da escola é mais difícil em estabelecimentos maiores e com maior diversidade de oferta”, já no caso de infraestrutura”:

as escolas mais complexas têm mais capacidade de comportar itens de infraestrutura. Por exemplo, a existência de um auditório ou mais de um tipo de quadra pode ser limitada pelo espaço físico disponível. Mas sabemos que a maioria dos estabelecimentos de ensino tem complexidade mais baixa: quase 70% das escolas estão nos níveis de complexidade 1, 2 ou 3 (ALVES; XAVIER, 2018, p. 724).

Neste estudo analisamos a infraestrutura das escolas dos anos iniciais do Fundamental do município de Marília. Entende-se por infraestrutura básica, escolas que possuem prédio, abastecimento de água, energia, esgoto, água potável para ser consumida pelos alunos, banheiros dentro e fora do prédio como consta no site do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (BRASIL, 2020).

Para Alves; Xavier (2018, p. 731):

[...] a infraestrutura é um fator que compõe a oferta educativa (insumo) e, ao mesmo tempo, um fator mediador para o ensino e aprendizagem (processo), sendo um atributo para a garantia do direito à educação. Além disso, ele tem como pressuposto que a infraestrutura escolar deve ser investigada por múltiplas dimensões, sendo essa forma de tratamento do conceito uma das novidades deste estudo.

Para o funcionamento das escolas é necessária a união de insumos, que formam as condições básicas para o desempenho das atividades necessárias da instituição como: instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos entre outros. Mas para o funcionamento de uma escola é necessário que esta possua as condições mínimas de infraestrutura. (MARRI et al., 2012)

Observamos que todas as escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Marília possuem prédio para funcionamento das mesmas, banheiros dentro do prédio, esgoto sanitário, abastecimento de água e energia, água potável para ser consumida pelos alunos.

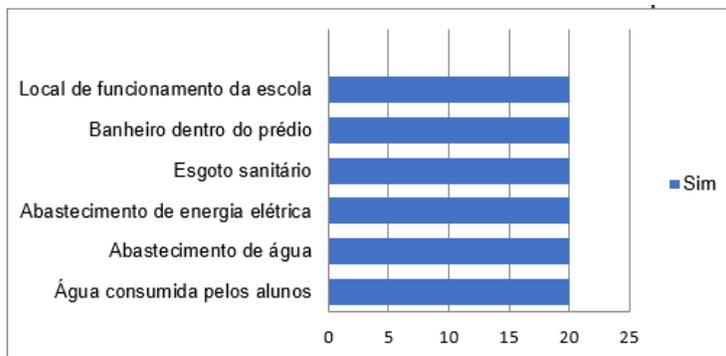


Gráfico 1. Gráfico sobre as infraestruturas das 20 escolas da rede municipal de Marília anos iniciais do Ensino Fundamental. Número de escola por infraestrutura

Fonte: Ideb consulta pública do Censo, 2019

Já no estado de Minas Gerais, segundo Marri et al. (2012), observou-se que a maioria das escolas municipais do Estado de Minas Gerais, somente possui as condições mínimas para o funcionamento (como água, esgoto, eletricidade e cozinha); já as condições básicas (acesso à internet; sala diretor ou sala de professor; biblioteca ou sala de leitura; laboratório de ciências ou de informática) a maioria das escolas possui mais de 2 itens faltando.

A existência de equipamentos pedagógicos e espaços de aprendizagem é fundamental para se traçar o perfil das escolas. Aqui analisou-se a existência de computadores e acesso à internet, sala de professores, diretores, secretaria, destinação do lixo, atividades complementares, área verde, pátio coberto e descoberto entre outros requisitos contemplados no Censo 2019.

Além das condições mínimas, são necessários outros atributos para a complementação das atividades acadêmicas, estes estão incluídos nas condições básicas que são os itens de infraestrutura mínimos, mais equipamentos e espaços que contribuem para a melhor performance dos alunos. (MARRI et al., 2012)

Todas as escolas pesquisadas possuem banda larga, acesso à internet, pátio coberto, laboratório de informática, sala de leitura, internet para uso do administrativo. Já no requisito área verde apenas 4 escolas não possuem. O auditório só 1 escola possui, já o laboratório de ciências somente 3 escolas das 20 possuem. O refeitório e a sala da secretaria a maioria das escolas possui, quando se trata de equipamentos, as escolas todas possuem DVD, televisão e copiadora. Embora a maioria das escolas pesquisadas possuam o item impressora. identificamos que 4 escolas não possuem retroprojeter.

Além disso, as escolas dos anos iniciais do fundamental do município de Marília, não compartilham espaços para atividades de integração com a comunidade. Suas coletas de lixos são periódicas, possuem salas destinadas aos professores, a diretoria, cozinha, mas o almoçarifado é um item que falta em 5 escolas da rede.

O quesito parque infantil só se encontra em 3 escolas pesquisadas, vale ressaltar que dentro desta pesquisa, encontra-se apenas duas escolas que atendem o público do ensino infantil, denominadas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil (EMEFEI).

Soares Neto et al. (2013, p. 90) em seus estudos fizeram uma tabela de infraestruturas e classificaram as escolas de acordo com seus atributos, e as descreveram como:

Elementar: Estão neste nível escolas que possuem somente aspectos de infraestrutura elementares para o funcionamento de uma escola, tais como água, sanitário, energia, esgoto e cozinha.

Básica: Além dos itens presentes no nível anterior, neste nível as escolas já possuem uma infraestrutura básica, típica de unidades escolares. Em geral, elas possuem: sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora.

Adequada: Além dos itens presentes nos níveis anteriores, as escolas deste nível, em geral, possuem uma infraestrutura mais completa, o que permite um ambiente mais propício para o ensino e aprendizagem. Essas escolas possuem, por exemplo, espaços como sala de professores, biblioteca, laboratório de informática e sanitário para educação infantil. Há também espaços que permitem o convívio social e o desenvolvimento motor, tais como quadra esportiva e parque infantil. Além disso, são escolas que possuem equipamentos complementares como copiadora e acesso à internet.

Avançada: As escolas neste nível, além dos itens presentes nos níveis anteriores, possuem uma infraestrutura escolar mais robusta e mais próxima do ideal, com a presença de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender estudantes com necessidades especiais (SOARES NETO; et al., 2013, p. 90).

Notamos que a maioria das escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Marília se enquadra como básica, quando classificada pela tabela de Soares Neto et al (2013, p. 90).

A pesquisa de Soares Neto et al. (2013, p. 89) identificou que apenas 0,6% das escolas apresentam uma infraestrutura considerada avançada, mostrando-nos o quanto é necessário avançar para que os discentes possuam um ambiente escolar com infraestrutura para uma educação de qualidade.

Segundo Soares Neto et al. (2013, p. 91-92) 40% das escolas brasileiras são classificadas com infraestrutura básica:

"[...]Aqueles que foram classificadas como tendo infraestrutura básica. Essas escolas têm as seguintes características gerais: dispõem de água, sanitário, energia, esgoto, cozinha, sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora" (SOARES NETO et al., 2013, p. 91-92).

E somente 15% das escolas no território brasileiro podem ser classificadas com infraestruturas adequada e avançada. Demonstrando que em todas as regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) possuem menos de 2% de escolas com

infraestrutura classificada como avançada. (SOARES NETO et al., 2013, p. 91-92)

O Tribunal De Contas Da União (TCU) realizou uma auditoria em escolas municipal e estadual em todo o território brasileiro (2015, p.10) “assim, após os trabalhos de campo foi possível classificar 678 escolas, sendo que 7,96% foram consideradas boas, 32,74% aceitáveis, 33,33% ruins e 25,96% precárias.” Nesta auditoria notou-se que os dados do Censo Escolar, não são suficientes para classificarem os atributos da infraestrutura, pois não dá para verificar a qualidade e a conservação do mesmo, mostrando a necessidade de qualificar os equipamentos e instalações além de quantificá-los.

Em relação ao Censo Escolar, verificou-se que existe margem para aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados sobre os ambientes e equipamentos escolares. Nesse sentido, foi proposta recomendação ao Inep para que o processo de coleta de dados do Censo Escolar seja aperfeiçoado, de forma a minimizar as inconsistências entre o declarado pelo Diretor da Escola e a realidade (BRASIL, 2015, p. 49)

Sátyro; Soares (2007) descrevem em seus estudos que as escolas municipais geralmente possuem sala de leitura e raramente bibliotecas, quando possui biblioteca, estas são menos equipadas que as da rede estadual.

Verificamos que nenhuma das escolas dos anos iniciais do fundamental do município de Marília possui bibliotecas e sim salas de leitura. Para o autor citado, em muitas escolas a sala de leitura é um substituto da biblioteca e embora possa ser confundida, “não substitui a biblioteca, que é o desejável”. (SOARES et al., 2013, p. 84)

Para Farrell; Heynemam (1989 apud TORRES, 1996, p. 158-159):

A qualidade da aprendizagem incide não apenas na acessibilidade, mas a quantidade e variedade do material de leitura. A importância da biblioteca em comparação ao livro didático único. A presença de um ou de muitos livros segundo estudos influencia a qualidade do ensino aprendizagem desde aprendizagens decoradas e passivas até o domínio de habilidades cognitivas e desenvolvimentos de hábitos autogerados de estudo.

No quesito biblioteca, o Relatório da auditoria do TCU (2015, p. 18-20) identificou:

[...] que 29% dos registros de bibliotecas apresentavam algum tipo de restrição. Foram encontradas bibliotecas sendo utilizadas como depósito de livros, sem organização didática e ambientes inapropriados à consulta e leitura.

Isso também ocorre com o laboratório de informática, de 395 laboratórios visitados, somente 204 foram considerados em condições normais para uso. O restante (48,35%) dos laboratórios de informática possuíam alguma restrição ou estava indisponível. (BRASIL, 2015, p. 20)

Alves; Xavier (2018, p. 16) verificaram em seus estudos que: “as escolas de ensino fundamental precisam melhorar seus espaços pedagógicos extraclasse”, pois escolas que ofertam os anos iniciais do Ensino fundamental possuem menos infraestrutura em quase todos os indicadores, relataram também que a localização da escola em áreas mais

vulneráveis também influi, mas não justifica “a ausência de políticas para equiparar as condições de oferta”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos identificar a infraestrutura das escolas da Rede Municipal de Marília dos anos Iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, em que condições estão operando. Verificamos também os indicadores de nível socioeconômico dos estudantes e de complexidade da gestão, além dos dados sobre a infraestrutura escolar. Nosso intuito foi identificar as condições de funcionamento das escolas a contribuir para a discussão de avaliação da qualidade educacional.

Identificamos a importância das condições de infraestrutura adequadas para o desenvolvimento do trabalho docente e para melhoria da qualidade do ensino, mostrando a necessidade de políticas públicas e um maior investimento na área da educação que possam assegurar escolas com infraestrutura adequadas e que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem.

Quanto as escolas analisadas, observamos que, quando comparadas com a escala proposta por Soares et al. (2013) podem se enquadrar como básica, pois possuem infraestruturas mínimas, mais equipamentos e espaço de aprendizagens. Porém foi verificado que nenhuma das escolas possui bibliotecas, mas apenas salas de leitura. Para o autor citado, em muitas escolas, a sala de leitura é um substituto da biblioteca e embora possam ser confundidas, “não substitui a biblioteca, que é o desejável.” (SOARES et al, 2013, p.84)

No Brasil, já que dependendo da região ou esfera, os investimentos são diferentes, o que causa diferenças na oferta da infraestrutura das escolas brasileiras, interferindo nos resultados dos testes, assim as “escolas em melhores condições têm maior probabilidade de figurar juntamente com as que estão nos patamares mais elevados do IDEB.” (PETRUS, 2013, p.83)

Por mais que a infraestrutura escolar tenha melhorado, não melhorou o suficiente para mudar as características elementares das escolas (CASTRO, 2018), sendo necessário um ambiente favorável à aprendizagem para reduzir as desigualdades educacionais.

Para verificar a qualidade da educação brasileira é necessário que os resultados das avaliações de larga escala considerem outros fatores, como a infraestrutura, de modo que adaptem a realidade de cada escola, tornando a responsabilização de todos, desde o poder público até a escola e seus profissionais, só assim conseguiremos um ensino de qualidade. Portanto, propomos a responsabilização compartilhada entre escola e estado, cada um assumindo a parte que lhe cabe. Finalizamos, esperando que este estudo contribua para discussões sobre a qualidade educacional, tendo a infraestrutura como um aspecto que pode interferir no desempenho dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALBERNARZ, A.; FERREIRA, F.; E FRANCO, C. Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. Rio de Janeiro: Departamento de Economia PUC-Rio, Texto para discussão, nº455. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. ppe. v.32. n.3.

ALVES, M. T. G.; XAVIER, F.P. Indicadores multidimensionais para avaliação da infraestrutura escolar: o Ensino Fundamental. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.48, n.169, jul./set. 2018.

ALVES; M. T. G.; XAVIER, F. P.; PAULA, T. S.; Modelo conceitual para avaliação da infraestrutura escolar no ensino. Fundamental. **Revista Brasileira de Estudos pedagógicos**. Brasília, v. 100, n. 255, p. 297-330, maio/ago. 2019.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BAUER, A. Apresentação. Temas em Destaque – Responsabilização e Prestação de Contas na Avaliação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.148, p.330-335, jan./abr.2013.

BRASIL. INEP. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. Consulta pública do Censo das escolas. 2017. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica> acesso em 7 de julho de 2020

BRASIL. INEP. **Nota Técnica** – Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas Básicas (INSE). 2015. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2015/nota_tecnica/nota_tecnica_inep_inse_2015.pdf. Acesso em: 6 de outubro de 2020.

BRASIL. INEP. **Sinopse Estatística**.2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>. Acesso em 6 jul. 2020

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Estabelece Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL. TCU. **Relatório de Auditoria**, TC 025.384/2015-5. 2016. Disponível em: <https://www.tcm.pa.gov.br/portal-do-jurisdicionado/docs/resolucoes/Acordao.pdf>. Acesso em 08 de set. de 2020.

CASTRO, E. S. A infraestrutura escolar brasileira como indicador para políticas públicas e para um padrão de qualidade em educação. 148 f., il. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional). Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2018.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MARRI, I.; RACCHUMI, J.; FILOCRE, J.S; GUIMARAES, V. Infraestrutura escolar e desempenho educacional em Minas Gerais: possíveis associações. **Trabajo presentado en el V Congreso de la Asociación Latino americana de Población**, Montevideo, Uruguay. 2012.

MILITÃO, S. C. N. O Processo de municipalização do ensino no Estado de São Paulo: uma análise do seu desenvolvimento na região de governo de Marília. 219 f. **Tese**. Doutorado em Educação – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Básica: Avaliação começa nesta segunda nas escolas de todo o país**. 2011. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/17210-avaliacao-comeca-nesta-segunda-nas-escolas-de-todo-o-pais> > Acesso em 04 de maio de 2021

OLIVEIRA, R. P.; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. N° 28. Jan /Fev /Mar /Abr. 2005.

PETRUS, L. Análise dos impactos dos investimentos em infraestrutura escolar no desempenho das unidades estaduais de ensino de Minas Gerais. 98 f **Dissertação** (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora, MG. 2013.

PINTO, J. M. O FUNDEB na perspectiva do custo aluno qualidade. Em Aberto. Brasília, n.93, p.101-117, jan./jun. 2015.

PINTO, J. M. R. A política de fundos no Brasil para o financiamento da educação e os desafios da equidade e qualidade. **Propuesta Educativa** | ISSN 1995 - 7785 | Número 52. Ano 28, Vol.2, Noviembre, p. 24 a 40. 2019

PINTO, J. M. R.; Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e qualidade. Na educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Vol. 22, No. 19. 2014.

SABIA, C. P. P. O que resta do Plano Nacional de Educação (2014-2024)? In: Rogério Fernandes Macedo; Henrique Tahan Novaes; Paulo Alves de Lima Filho. (Org.). **Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas** -Volume 3. 1ed.Marília: Editora Lutas anticapital, v. 3, p. 265-292. 2018.

SÁTYRO, N.; SOARES, S. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília: MPOGI IPEA, 2007. (Texto para discussão n. 1267).

SEADE. **Perfil Municipal**. 2020. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/#> . Acesso em 22 de janeiro de 2021

SOARES NETO, J. J.; JESUS, G. R. de; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L.; WARDE, M.J.; HADDAD, S. (orgs.) **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2ªedição. Cortez Editora, p.125-194, 1996.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroecologia 94, 95, 97

Alfabetização 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 116, 126, 146, 152, 153, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242

Ambiente corporativo 155, 164

Aprendizagem 59, 65, 69, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 108, 112, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 234, 236, 237, 238, 239

Aprendizagem significativa 127, 129, 179, 204

Arduino 99, 100, 103, 109, 110

Automatização de dados 99

Avaliação educacional 72, 84

C

Cidadania 9, 64, 65, 68, 69, 71, 114, 116, 146, 152, 237

Competências 71, 121, 128, 177, 179, 180, 186, 188, 205, 213, 216, 237, 241

Complexidade 74, 77, 78, 82, 182, 183, 193, 198, 204, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215

Concepciones 16, 17, 21, 23, 25, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 228

D

Deficiência intelectual 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Desenvolvimento 3, 8, 14, 45, 46, 48, 49, 51, 55, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 93, 98, 100, 102, 109, 112, 121, 122, 125, 127, 129, 130, 141, 143, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 155, 160, 164, 165, 169, 172, 175, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 196, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 242

Desigualdades sociais 5, 6, 111, 116, 158

Dislexia 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 88, 92, 94, 95, 108, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 129, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 155, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 176, 177, 178,

179, 180, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 205, 206, 214, 235, 237, 239, 240, 242

Educação ambiental 94, 95

Educação especial 119, 125, 126, 152, 235, 237, 239, 240

Ensino fundamental 67, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 164, 186, 188, 189, 191, 205, 206, 234, 235, 238

Ensino remoto emergencial 119, 120, 121

Ensino superior 2, 10, 11, 12, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 77, 92, 177, 178, 182, 186, 188, 242

Escola amazônica 111

Escrita 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 224, 236

Evasão 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 152

Experiência 1, 58, 59, 61, 67, 94, 95, 118, 140, 143, 157, 169, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 201, 202, 204

F

Filosofia 54, 56, 60, 62, 63, 72, 242

Formação inicial 10, 11, 75, 189, 190, 191, 192, 197, 204

Formación docente 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

G

Governança corporativa 85, 87, 88, 155

H

Habilitación docente 16, 24, 27

Horticultura orgânica 94

I

Infraestrutura escolar 72, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 83, 84

Interação 86, 97, 102, 122, 123, 129, 138, 152, 166, 170, 183, 187, 192, 194, 196, 234, 236, 237, 239

Interdisciplinaridade 177, 178, 179, 181, 182, 188

J

Jogo de regras senha 169

Jogos didáticos 127, 128, 130, 138

L

Leitura 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 79, 81, 82, 129, 130, 132, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 185, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Letramento 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 142, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 242

Língua brasileira de sinais 119, 120, 126

Linguagem 3, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 117, 118, 128, 129, 130, 140, 141, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 185, 205, 236

M

Método clínico-crítico piagetiano 169, 170

Monitor de aluno com deficiência 234

N

Novas tecnologias 45, 99, 100, 166

Núcleo de estudos afro-brasileiros 1, 12

O

Onerosidade 207, 208, 212, 214, 215

P

Perfil docente integral 16

Políticas públicas 1, 3, 4, 6, 11, 12, 14, 70, 82, 83, 114, 125

Pós-graduação em educação 1, 54, 169

Possíveis e necessários 169

Prática docente 16, 17, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Prática pedagógica 153, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 200, 201, 204

Práticas de GC 85, 89

Práticas de RSC 85, 86, 87, 91, 92

Professor 1, 3, 12, 54, 59, 62, 67, 68, 70, 75, 79, 112, 122, 123, 128, 129, 135, 136, 137, 138, 146, 153, 159, 166, 169, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 201, 202, 204, 205, 216, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242

Projeto adote uma escola 111, 112, 113, 115, 116

R

Racismo epistêmico 2, 11, 14

Responsabilidade social corporativa 85, 87, 89

Responsabilização educacional 72, 73

S

Sensores de campo magnético 99, 100

Sistema tributário 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Surdez 119, 120, 121, 124, 125

Sustentabilidade 90, 94, 97, 216

T

Tabela periódica 127, 129, 131, 135, 136, 137, 138, 139

Transparência administrativa 85

W

Webquest 177

A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

3

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

3

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br